

# Juventude e escola

Juarez Dayrell\*

Este trabalho se propõe analisar a produção acadêmica na área educacional que trata da relação dos jovens alunos com a escola, buscando compreender como a questão da juventude veio sendo tematizada por essas pesquisas. O universo da análise é constituído pelas dissertações e teses produzidas nas décadas de 80 e 90, que, de alguma forma, buscaram investigar jovens e adolescentes em seu estudo sobre a escola, tratando-se, sobretudo, da utilização de descritores em torno da condição de aluno. Tem-se, inicialmente, uma descrição das características desses trabalhos, com o intuito de fornecer uma visão geral da produção existente. Em seguida, será feita uma análise descritiva das pesquisas, agrupadas em subtemas, explicitando os objetivos, a natureza dos textos e as conclusões apontadas. Finalmente, proceder-se-á a uma análise desta produção acadêmica, visando à problematização das formas como os jovens vêm sendo investigados, ressaltando-se, também, as lacunas percebidas e as perspectivas apontadas. A opção por essa construção visa possibilitar ao leitor um diálogo com os estudos analisados, podendo, assim, tirar suas próprias conclusões, além das aqui propostas.

O tema *Juventude e Escola* reúne 45 dissertações e cinco teses que, em sua maioria, têm o foco centrado na instituição escolar, analisando-a, porém, do ponto de vista dos alunos, apreendido através das mais diferentes expressões, como os seus discursos, suas concepções, seus comportamentos e atitudes. O que une a diversidade existente de assuntos, de referenciais teóricos e de metodologias empregadas é o fato de que estes privilegiam o aluno como o ator que irá fornecer elementos para a reflexão sobre a instituição escolar, mesmo que nela apareçam também outros atores, como os professores e/ou os pais.

Trata-se, no seu conjunto, de um tema que, apesar do crescimento absoluto – reflexo do aumento da produção discente na pós-graduação –, vem gradualmente perdendo espaço no interior da área Juventude. Essa inflexão decorre de uma abertura da pesquisa, a partir dos anos 90, para novos eixos temáticos não centrados na escola. A primeira abertura ocorreu com a incorporação da condição do mundo do trabalho que interage com a vida escolar, para grande parte dos estudantes da educação básica no Brasil. A segunda inflexão ocorre com a incorporação de outros aspectos presentes na socialização e sociabilidade dos jovens não situados na unidade escolar, tais como as novas agências socializadoras (como a mídia) e os grupos de pares, entre outros (Tabela 1).

**Tabela 1 – Distribuição da produção discente sobre Juventude, no tema Juventude e Escola, por subperíodo**

(continua)

SUBPERÍODOS	PRODUÇÃO EM JUVENTUDE	JUVENTUDE E ESCOLA	
		Nº	%
1980-1984 (5 anos)	56	7	12,5

\* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

(conclusão)

SUBPERÍODOS	PRODUÇÃO EM JUVENTUDE	JUVENTUDE E ESCOLA	
		Nº	%
1985-1989 (5 anos)	73	12	16,5
1990-1994 (5 anos)	76	10	13,0
1995-1998 (4 anos)	182	21	11,5
TOTAL	387	50	13,0

Para efeitos de análise, os trabalhos deste tema foram agrupados em subtemas, utilizando os objetivos principais propostos por cada um deles como critério de classificação, conforme pode ser observado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Distribuição da produção discente sobre Juventude e Escola, por subtema**

SUBTEMAS	DISSERTAÇÕES	TESES
Sucesso e Fracasso Escolares	15	-
Significados Atribuídos pelos Alunos à Escola e seus Processos	11	3
O Aluno e as Práticas Escolares	10	-
Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos	8	2
Outros	1	-
TOTAL	45	5

O subtema Sucesso e Fracasso Escolares inclui as pesquisas que abordam a questão da evasão, do fracasso e do sucesso escolares, tendo como foco o aluno. O segundo subtema, Significados Atribuídos pelos Alunos à Escola e seus Processos, reúne os trabalhos que buscam analisar as necessidades, as representações ou as atribuições de sentido dos alunos sobre a escola, suas práticas, seus atores e os sentidos atribuídos a esta experiência. O terceiro, O Aluno e as Práticas Escolares, agrupa os trabalhos que analisam o cotidiano escolar em três perspectivas: um primeiro bloco discute as práticas escolares cotidianas na ótica das relações de poder que ocorrem no seu interior, bem como as formas como os alunos lidam/reagem com/diante delas, através de comportamentos e discursos; um outro analisa as possibilidades e limites das experiências escolares na construção de dimensões da subjetividade dos alunos; finalmente, um último bloco aborda a questão do conhecimento na sala de aula, a partir das concepções de alunos e professores. O quarto subtema, Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos, é constituído por pesquisas que buscam avaliar a proposta de um determinado programa educativo ou a proposta político-pedagógica de uma escola específica, a partir da análise das representações e expectativas dos seus atores – alunos e/ou professores. Finalmente, o quinto subtema, Outros, agrega um trabalho que discute a migração dos alunos da escola pública para a escola particular.

A distribuição das teses e dissertações no interior dos diversos subtemas apresenta uma certa constância. No eixo que trata dos significados atribuídos pelos alunos à escola, os assuntos são recorrentes tanto na década de 80, com seis trabalhos, quanto na década de 90, com oito – dois deles realizados em 1998. Essa recorrência evidencia que este é um assunto mobilizador do interesse da investigação por parte dos pesquisadores, mas pode indicar um certo tratamento reiterativo, indicando escassa possibilidade de abordagens inovadoras. O item que trata dos programas e propostas escolares apresenta seis trabalhos realizados na década de 80 e quatro na década de 90. Um pouco diferente é a situação do subtema Sucesso e Fracasso Escolares, com uma predominância de trabalhos realizados na década de 80, em número de nove, e seis realizados até 1997. Mas, no seu interior, apenas os assuntos ligados à evasão e ao fracasso escolar continuaram sendo investigados

na década de 90. Outros assuntos, como o sucesso escolar e o papel dos exames supletivos, só aparecem na década de 80. Outro diferencial ocorre no subtema O Aluno e as Práticas Escolares, pois todas as pesquisas foram realizadas a partir de 1987, sendo que oito delas, a partir de 1992.

Em relação ao nível de ensino privilegiado nas pesquisas, os trabalhos apresentam a distribuição constante da Tabela 3.

**Tabela 3 – Produção acadêmica sobre Juventude e Escola, por subtema e nível de ensino investigado**

SUBTEMAS	NÍVEIS DE ENSINO		
	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EDUC. DE JOVENS E ADULTOS
Significados Atribuídos pelos Alunos à Escola e seus Processos	9	5	-
O Aluno e as Práticas Escolares	9	-	1
Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos	2	2	6
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>11</b>	<b>13</b>

As dissertações e teses realizadas neste bloco temático privilegiam o ensino fundamental, com uma concentração maior nos subtemas que tratam dos significados atribuídos à escola e das práticas escolares cotidianas. Já os estudos englobados em Sucesso e Fracasso Escolares e Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos privilegiam a educação de jovens e adultos, com ênfase nos estudos sobre a modalidade curso supletivo. O número menor de estudos envolvendo o ensino médio pode ser explicado pela incidência de teses e dissertações que examinam o aluno e sua vida na escola relacionada ao trabalho, já incluídas em outro tema deste estado do conhecimento.

Um último aspecto desta caracterização diz respeito ao local onde foram realizadas as pesquisas. Praticamente, todos os trabalhos foram realizados em centros urbanos, aparecendo apenas três que desenvolveram seu levantamento empírico no meio rural, o que aponta uma séria lacuna, já que pouco sabemos sobre os jovens da sociedade agrária em sua relação com a escola. Além disso, constata-se uma maior incidência das pesquisas em escolas públicas, em número de 40, e, entre estas, a maior parte diz respeito àquelas localizadas nas periferias de grandes centros urbanos. Oito trabalhos têm como foco alunos da rede pública e da rede particular, e apenas duas examinam especificamente os alunos desta última. Constata-se, assim, que a escola particular, apesar do seu grande número no Brasil e da evidente vinculação que mantém com a formação das elites, tem merecido pouca atenção por parte dos pesquisadores, que voltaram suas atenções, de modo predominante, para a análise dos jovens alunos oriundos das camadas populares urbanas.

Até aqui foi feita uma descrição das características gerais das pesquisas abarcadas pelo tema *Juventude e Escola*, de forma a fornecer um quadro sintético da produção acadêmica realizada. Mas, para que se compreenda como os jovens são tematizados nesses trabalhos, torna-se necessária uma descrição analítica de cada um dos subtemas, ressaltando os objetivos, a natureza dos textos e as conclusões a que chegaram as pesquisas ali reunidas.<sup>1</sup>

## ANÁLISE DOS SUBTEMAS

### Sucesso e Fracasso Escolares

Este subtema reúne 15 dissertações que discutem os resultados da ação escolar sob a ótica dos estudantes, ou seja, o processo de exclusão da e na escola (Ferrari, 1999) – expresso pelo fracasso, a repetência e a evasão – e o sucesso escolar.

<sup>1</sup> Nessa descrição, foram utilizados os 38 originais a que foi possível o acesso e 12 resumos disponibilizados pelo CD-ROM da ANPEd.

Os cinco trabalhos que discutem o fracasso escolar entendem este conceito como a repetência de alunos que freqüentam a escola. A linha comum que os caracteriza é a análise do fracasso escolar a partir da ótica dos alunos: são eles os “informantes” principais das pesquisas empíricas realizadas, apesar de o serem de formas diferenciadas. O trabalho de Cascaes (1981) busca caracterizar os repetentes escolares a partir de fatores socioeconômicos e educacionais, variáveis que, hipoteticamente, teriam sido relevantes na sua situação de repetência. A dissertação de Rezende (1993) busca compreender a visão que o aluno repetente possui acerca do fenômeno do fracasso escolar. Nesta mesma direção, a pesquisa de Braga (1995) se propõe identificar as representações de alunos repetentes sobre a sua exclusão, além dos atos de resistência presentes neste processo. O trabalho de Bianchi (1995) busca analisar as dificuldades dos alunos do supletivo em concluir uma etapa de alfabetização. Finalmente, o trabalho de Rosas (1996) analisa o fracasso escolar observado em um programa municipal de alfabetização de jovens e adultos.

Neste bloco de trabalhos, é sensível a diferença de abordagem existente entre os estudos realizados na década de 80 e os da década de 90. Na pesquisa de Cascaes (1981), é enfatizada a busca das possíveis causas socioeconômicas e educacionais que interferem na reprovação dos alunos, numa análise linear, de causa e efeito, entre essas determinações e os seus resultados na instituição escolar. A autora constrói um breve referencial teórico discutindo os fatores técnicos, pedagógicos, educacionais e socioeconômicos, buscando demonstrar a influência desses fatores na repetência escolar. A metodologia utilizada consiste na aplicação de questionários fechados em uma amostra de alunos. Na análise dos dados, faz uma descrição estatística das tabelas, concluindo que as variáveis técnico-pedagógicas possuem prevalência na reprovação do aluno em relação aos fatores socioeconômicos. Nesse trabalho, o aluno é visto na sua negatividade como repetente, e a categoria construída de “aluno” é pouco substantiva, com um perfil muito genérico, impossibilitando a compreensão de quem é este jovem e de como é a sua relação com a escola.

No restante dos estudos, as questões do fracasso escolar são abordadas de uma forma diferente, o que representa um avanço significativo na compreensão do fenômeno. Em lugar do fracasso, que de um ou outro modo acabava culpando o aluno, é introduzida a noção de “exclusão escolar”, que ressalta um conjunto de processos responsáveis pela produção do fracasso da escola – entre eles, as práticas escolares cotidianas.

Na dissertação de Braga (1995), por exemplo, a reprovação é entendida no contexto de uma “cultura da exclusão”. A pesquisa foi realizada no Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com alunos na faixa etária de 14 a 16 anos. A autora recupera as diferentes teorias sobre o fracasso escolar no sistema de ensino brasileiro, criticando as teorias da patologia social e da carência cultural, por exemplo, fundamentada em uma série de autores nacionais – entre eles, Patto (1990) e Arroyo (1992). Termina discutindo a noção de “cultura da exclusão” inspirando-se nas obras de Forquin (1993) e Giroux (1986), argumentando que o fracasso é resultado de uma determinada cultura escolar e da forma como estão organizados os sistemas de ensino, além de outros fatores. Introduce, também, a idéia de resistência, para explicar os significados dos comportamentos de oposição dos alunos ao controle escolar. Para compreender as representações que os alunos fazem da exclusão e da própria experiência escolar, Braga se inspira na noção de representação social de Moscovici (1978 e 1985), no conceito de enunciação de Bakhtin (1992) e vários dos seus intérpretes nacionais. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, materializada em um estudo de caso, tendo como instrumentos a observação cotidiana na escola e entrevistas semi-estruturadas. Na análise dos dados, Braga ressalta as representações dos alunos sobre a repetência e seus motivos, sobre as relações que estabelecem na escola, os sentimentos vividos e os estigmas, evidenciando como eles internalizam e constroem uma imagem de si diferente da apresentada pelo grupo de colegas. Culpam-se pelo fracasso e lidam com estereótipos e estigmas que só reforçam a auto-imagem negativa como sendo parte de processos que produzem a sua exclusão. A autora também descreve uma experiência extraclasse com o Clube de Ciências, ressaltando a importância destes espaços informais para resgatar a auto-estima e a condição de estudantes, e conclui apontando para a necessidade de se repensar o discurso hegemônico sobre

o fracasso escolar como mera fatalidade social, destacando os mecanismos existentes na estrutura escolar que produzem a exclusão do aluno.

Um segundo bloco de trabalhos reúne seis pesquisas que tratam da evasão escolar. O trabalho de Santos (1982) objetiva refletir sobre o problema da evasão escolar em um curso supletivo. Soares (1996) também pretende analisar as causas da evasão, mas em uma escola de ensino fundamental. Já a pesquisa de Ribeiro (1990) se propõe identificar os aspectos socioeconômicos e pedagógicos que geram a evasão escolar em uma escola de ensino médio. A investigação de Ragonesi (1990) busca refletir sobre a democratização da educação básica de jovens e adultos, a partir de estudo sobre o fenômeno da evasão escolar. Finalmente, duas dissertações analisam o fenômeno da evasão escolar sob uma ótica psicológica, as quais, pela sua especificidade, serão discutidas à parte: a de Bruns (1985), que busca compreender a evasão a partir das causas e efeitos psicológicos e sociais percebidos pelos próprios sujeitos da exclusão, os egressos do ensino fundamental, e a de Argimon (1997), que pretende analisar as relações entre certos fatores – depressão, ansiedade, uso de substância psicoativa, atividade laborativa paralela – e a evasão escolar de alunos do ensino fundamental noturno.

As dissertações desse bloco que tratam do ensino supletivo (Santos, 1982; Ragonesi, 1990) utilizam como referencial teórico os estudos sobre a educação de jovens e adultos no Brasil, privilegiando a história da constituição desta modalidade de ensino e a caracterização do fenômeno da evasão nos aspectos político-sociais e econômicos. Já os estudos sobre o ensino regular (Ribeiro, 1990; Soares, 1996) buscam traçar a dimensão histórica do fenômeno da evasão relacionando-o com a desigualdade do sistema político-econômico brasileiro. Em nenhuma delas há uma construção teórica das categorias de análise, além da noção de evasão.

Em sua maioria, os estudos realizados tomam o aluno das camadas populares como o principal informante. Nas dissertações de Santos (1982) e Ribeiro (1990), a metodologia utilizada é de natureza quantitativa, tendo como instrumentos questionários com questões fechadas, e a análise é realizada através da descrição estatística das tabelas. As outras duas utilizam-se de entrevistas semi-estruturadas. Ragonesi (1990), por exemplo, estrutura as entrevistas a partir dos seguintes eixos: o histórico da escolaridade, como os entrevistados compreendem o papel da escola, como definem o papel da educação para a classe trabalhadora, como avaliam o curso de educação básica de jovens e adultos que freqüentam e que tipo de relações estabelecem entre os projetos de melhoria de vida e nível de escolaridade.

Nessas pesquisas, a evasão escolar é apontada como resultado da própria organização da escola – currículo deficiente, formação precária dos professores, falta de material didático, etc. –, mas é entendida também como resultado de fatores socioeconômicos, tornando a necessidade do trabalho o maior empecilho à freqüência escolar. A diferença existente entre elas está na ênfase dada às causas dessa evasão: em algumas há um predomínio dos fatores socioeconômicos e, em outras, são privilegiados os fatores intra-escolares, tais como a inadequação curricular, a falta de integração entre as disciplinas e o seu distanciamento da realidade dos alunos. Em todos eles, porém, a evasão escolar aparece, de uma forma ou de outra, relacionada às condições socioculturais das camadas populares. Apenas o trabalho de Ragonesi (1990) busca articular uma compreensão mais ampla do fenômeno, ao apontar que este é resultado de múltiplas determinações, onde se somam fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica.

Neste bloco temático, o aluno é conhecido através de um perfil socioeconômico que examina as variáveis sexo, idade, estado civil, situação profissional, profissão dos pais e renda familiar, numa tendência a caracterizá-lo como “carente”. Não se tem nenhuma outra informação sobre os sujeitos, além daquelas relacionadas diretamente com a escola: expectativas, avaliação de aspectos formais da instituição, como os conteúdos, a relação com os professores, o sistema de avaliação, etc. Nesse sentido, a categoria “aluno” é construída sem levar em conta a sua condição de jovem e, também, as suas experiências vivenciadas fora da escola.

Diferentemente dos trabalhos anteriores deste bloco, as duas dissertações com enfoque psicológico trazem contribuições significativas, ao ressaltarem a importância dos aspectos emocionais

presentes no fenômeno da evasão escolar. A dissertação de Bruns (1985) trabalha com egressos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série de duas escolas públicas de Campinas, coletando dados referentes à percepção e expectativas desses sujeitos em face do fracasso escolar, mediante questionários fechados e entrevistas. Na análise, a autora mostra que a instituição escolar é percebida, por esses sujeitos, pela relação entre professor e aluno: a escola “boa” é a que possui professores bons e afetivos. Grande parte dos alunos culpa a situação econômica e o trabalho pelo abandono da escola. Os resultados da pesquisa evidenciaram a presença de efeitos psicológicos da evasão na vida dos ex-alunos, jovens de 17 a 22 anos, que se sentem estigmatizados e excluídos das vantagens sociais por não possuírem a escolaridade completa. Embora possuidores de uma percepção realista das limitações da escola, os alunos tendem a atribuir a si mesmos as causas de seu fracasso escolar.

O trabalho de Argimon (1997) envolveu um universo de 155 alunos, composto tanto por evadidos como por aqueles que continuavam freqüentando a escola. Os dados foram coletados a partir de uma série de instrumentos: questionário de detecção precoce de alcoolismo, Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), Escala de Desesperança de Beck (BHS), além de entrevistas semi-estruturadas. Na sua análise, Argimon constata que a variável depressão foi a que apresentou maiores efeitos probabilísticos da ocorrência de evasão escolar, além de uma maior presença do uso do fumo e do álcool entre os sujeitos evadidos. Na análise qualitativa, a autora aponta para a importância dos aspectos emocionais na permanência ou não dos alunos na escola, entre eles, a baixa auto-estima, impotência, ansiedade, falta de motivação, tristeza e vivências familiares conflituosas. Essas dimensões, conclui a autora, apontam para uma debilidade interna no enfrentamento das demandas da vida, reforçada pela inadequação curricular e pela situação econômica.

Esses estudos demonstram que a exclusão escolar não incide sobre a auto-estima de uma forma instantânea e mecânica. Os aspectos emocionais devem ser considerados sem que se pense, necessariamente, no jovem excluído da escola como “portador” de problemas. É significativa a percepção da instituição escolar desses sujeitos pelo “efeito” professor, cuja imagem positiva inclui simultaneamente a competência e o vínculo afetivo. Em todos os trabalhos sobre o fracasso e a evasão escolares, as conclusões tendem a expressar um tom de denúncia e estão relacionadas à desigualdade social.

Um terceiro bloco deste subtema reúne duas dissertações que discutem o papel dos exames supletivos sob a ótica dos alunos que deles participaram. O trabalho de Amaral (1987) pretende traçar o perfil dos candidatos que realizaram exames supletivos de 2<sup>o</sup> grau, buscando associar um conjunto de variáveis estudadas com o seu desempenho nos exames. Já a pesquisa de Hildebrando (1985) objetiva conhecer a percepção do exame supletivo na ótica dos alunos, analisando as expectativas em face do resultado adquirido nas provas. Os estudos tomam como referencial teórico a história dessa modalidade de ensino no Brasil, e Hildebrando aprofunda a discussão sobre a função dos exames escolares a partir das teorias da reprodução de Bourdieu (1975) e Baudelot e Establet (1981), entre outros. A metodologia utilizada é de caráter quantitativo, tendo como instrumentos o questionário e algumas aproximações qualitativas realizadas por meio de entrevistas. A dissertação aponta os problemas existentes no curso supletivo, visto como um ensino de segunda categoria destinado a uma população com a marca da exclusão; evidencia, também, o papel que os exames desempenham na legitimação da posição do indivíduo no seu meio, ao individualizar os fracassos e aumentar as discriminações.

Um último bloco deste subtema reúne duas dissertações que pretendem identificar as causas do sucesso escolar: a de Marques (1987), que se propõe identificar as causas de sucesso e fracasso escolares percebidas por 137 alunos de uma escola de 2<sup>o</sup> grau da rede estadual de São Paulo, e a de Zambon (1986), que pretende identificar as razões que concorrem para a permanência do aluno de 2<sup>o</sup> grau na escola, a partir de uma pesquisa desenvolvida em três escolas das redes técnicas federal, particular e estadual, situadas em Vitória (ES). Enquanto Marques utiliza a teoria atribucional da motivação numa abordagem psicológica, Zambon faz uma breve revisão de literatura sobre o papel social da educação, finalizando com uma discussão sobre o ensino de 2<sup>o</sup> grau no Brasil. Ambas utilizam metodologias de caráter quantitativo, usando como instrumentos questionários com questões fechadas. A análise é feita mediante a descrição estatística dos dados coletados, sem estabelecer relações

com o quadro teórico esboçado, o que empobrece os resultados. Nesses estudos é privilegiada apenas a condição de aluno, que é caracterizado por meio de um perfil que particulariza as questões clássicas já citadas anteriormente.

Nas conclusões, Zambon aponta que a escola mantém e reproduz o *status quo* e que as razões da permanência são o resultado de apoio da família, experiências escolares positivas e esperança de melhoria do nível de vida. O trabalho de Marques mostra que os alunos atribuíram seus sucessos escolares, sobretudo, ao próprio esforço, ao empenho e à força de vontade; já o fracasso escolar foi explicado por eles como resultado de disposições internas, como características físicas e emocionais, além da contribuição do sistema educacional, baseado no autoritarismo e no descaso. Marques faz uma classificação por gênero, evidenciando como os rapazes e moças relatam fatos de sucesso e fracasso de forma diferenciada, atribuindo causas específicas a um e a outro. Apesar de o tema sucesso escolar ser inovador, Marques e Zambon não o exploraram suficientemente, de modo a trazer contribuições substantivas à questão; ele permanece como objeto ainda pouco explorado pela área da educação e, conseqüentemente, figurando no campo de estudos que elegeu a condição juvenil como objeto privilegiado.

### **Significados Atribuídos pelos Alunos à Escola e seus Processos**

As 11 dissertações e três teses reunidas neste bloco temático apresentam em comum a análise dos significados atribuídos pelos alunos à escola, suas práticas e seus atores. Neste eixo, os objetivos propostos apresentam algumas especificidades: as dissertações de Mauricio (1989), Lorthios (1990), Attab (1990), Paula (1995) e a tese de Oliveira (1995) pretendem identificar as representações dos alunos sobre a educação, a escola e os sentidos atribuídos às práticas escolares; os trabalhos de Fagali (1981), Baruffi (1984) e Yanes (1998) buscam analisar as necessidades expressas pelos alunos em relação à escola, sendo que os dois últimos focalizam especificamente as suas aspirações em relação ao orientador educacional. Em seis trabalhos, os autores, além da análise dos significados da escola, discutem a percepção dos alunos sobre algum tema específico; assim, as teses de Rocha (1995) e Souza (1998), ao analisarem as percepções e expectativas dos alunos sobre a escola, investigam também as relações que eles estabelecem entre as vivências escolares e as experiências vividas extramuros. As dissertações de Oliveira (1993) e Japecanga (1997) discutem a percepção dos alunos sobre a questão da participação no cotidiano escolar; a de Basso (1984) pretende analisar as representações dos alunos sobre o trabalho e a desigualdade social; a de Scotto (1996) se propõe identificar os pontos de vista dos alunos sobre o conceito de cidadania. Na maioria das pesquisas, o aluno é o “informante”, sendo que, em algumas delas, o discurso de outros atores – professores e pais – também é levado em conta.

O referencial teórico utilizado é diferenciado. Nos trabalhos que discutem as necessidades dos alunos são utilizadas teorias de abordagem psicológica, predominando as da motivação humana.<sup>2</sup> Em quatro dissertações, os autores utilizam a noção de representação social, inspirados nas formulações de Moscovici (1978) ou mesmo na teoria de Leontiev (1978), mas, no geral, esses trabalhos apresentam uma construção superficial do conceito, apoiando-se principalmente em seus intérpretes nacionais. Uma outra abordagem para o tema é dada a partir da noção de imaginário social, inspirada nas teorias de Castoriadis (1982). Nos restantes, os autores não utilizam categorias teóricas específicas para trabalhar o discurso dos alunos, tomado, quase sempre, como opiniões.

Muitas dissertações e teses contemplam uma espécie de “ideário pedagógico” muito diferenciado, tanto na bibliografia utilizada quanto na densidade da sua elaboração. É possível observar uma evolução das abordagens pedagógicas, de acordo com as teorias dominantes nos diferentes momentos. Na década de 80 predomina a teoria de Paulo Freire e as teorias da reprodução. O que domina nesses trabalhos, principalmente naqueles realizados até o início da década de 90, é a adoção de um referencial político-pedagógico crítico, que analisa, em tom de denúncia, a instituição escolar

<sup>2</sup> Nesses trabalhos há uma grande pulverização de autores, sem uma dominância entre eles, dificultando a identificação de uma tendência dominante.

como parte dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Os trabalhos do início dos anos 90 privilegiam o debate sobre a pedagogia crítico-social dos conteúdos, baseados sobretudo em Saviani (1991), bem como a discussão sobre o caráter contraditório da educação a partir das reflexões de Snyders (1977) e Cury (1987). A ênfase é dada na discussão sobre a função social da escola, evidenciando a sua dimensão de reprodução social, mas, também, apontando as possibilidades de a escola contribuir para a transformação social através do acesso a conteúdos críticos. Boa parte desses trabalhos encontra-se presa a análises dicotômicas, opondo uma “escola tradicional” a uma “escola crítica”, onde o referencial utilizado tende a ser mais uma tomada de posição em relação à instituição escolar do que uma construção de categorias analíticas que possibilite a compreensão do objeto pretendido. Observa-se certa inflexão no tom dos trabalhos quando o ideário pedagógico de caráter propositivo passa a ser substituído por outras influências teóricas. Nos meados da década de 90, alguns estudos incorporam os teóricos da “nova sociologia da educação”, trabalhando, por exemplo, com a noção de cultura escolar.<sup>3</sup> A tendência é analisar a instituição escolar a partir das relações que ocorrem no seu interior, enfatizando o papel ativo dos atores na escola.

A metodologia utilizada nas pesquisas do início dos anos 80 é, sobretudo, de natureza quantitativa;<sup>4</sup> nesses trabalhos predomina a descrição estatística dos resultados, sem uma articulação entre a base teórica e a pesquisa empírica realizada. As restantes apresentam em comum a abordagem qualitativa, com a utilização dos mais diferentes instrumentos, tendo na entrevista não-diretiva um elemento comum a todas elas. Algumas utilizam questionários; outras, instrumentos como a “complementação de sentenças” e, até mesmo, a dramatização. Nas mais recentes, é também utilizada a observação das rotinas escolares.

Na sua maioria, as pesquisas reconstituem o discurso dos alunos sem avançar no plano analítico. Em algumas, o autor faz uma caracterização da(o) cidade/bairro onde se situa a escola e traça um perfil dos alunos segundo o padrão clássico – idade, sexo, trabalho, origem, trabalho dos pais – e em apenas um dos estudos aparece rapidamente a questão do lazer. Contudo, estes dados não são levados em conta no momento da análise, ou seja: a idade ou a origem social, por exemplo, não são consideradas variáveis significativas que interfiram na representação que os alunos fazem da escola. Em outros trabalhos, apenas o discurso dos alunos é descrito, sem grandes análises, e o leitor desconhece onde a escola se situa e, muito menos, quem são os sujeitos investigados. Em uma dissertação, por exemplo, os sujeitos são estudantes de 7 a 18 anos, e, na análise desenvolvida, o autor não explicita quando está se referindo às crianças, aos adolescentes ou aos jovens. Em geral, o maior esforço é despendido nas análises das representações que os alunos fazem da educação, da escola onde estudam e do ensino. Algumas dissertações examinam as impressões sobre as disciplinas, as relações com os professores, as facilidades e dificuldades de aprendizagem, e várias delas discutem a escola ideal do ponto de vista do aluno, concluindo sobre o significado da escola para estes atores; em sua maioria, no entanto, assumem um caráter opinativo, sem análise do próprio enunciado ou uma descrição das relações sociais e das práticas no interior da escola, que, se realizadas, permitiriam uma compreensão mais densa das atribuições de sentido emanadas dos sujeitos investigados.

Nas conclusões, boa parte dos trabalhos evidencia que os alunos buscam a escola na expectativa da mobilidade social, mediante uma melhor colocação no mercado de trabalho, o acesso a uma “qualificação social” (entendida como o domínio dos valores, linguagens e comportamentos das camadas dominantes) ou mesmo a preparação para o vestibular, como é o caso dos alunos do ensino médio; nessas representações, os autores apontam a dimensão de reprodução ideológica efetivada pela escola. Ao mesmo tempo, alguns estudos ressaltam as possibilidades de a escola desenvolver a consciência crítica dos alunos mediante a posse do saber (como um “fermento de transformação”), evidenciando, assim, a dimensão contraditória da instituição escolar. Esse tipo de estudo, no geral, desenvolve críticas à organização da escola, tanto pelos currículos distantes da realidade quanto pelos

<sup>3</sup> Nesses trabalhos, há uma incidência maior de autores como Forquin (1993) e Giroux (1986).

<sup>4</sup> A dissertação de Fagali (1981) utiliza o método de indução motivacional (MIM), e a de Baruffi (1984), da escala Likert, para detectar as necessidades dos alunos.

valores e comportamentos impostos, como a apatia, a submissão e o individualismo. Alguns desses trabalhos apontam também os limites da função de socialização da escola, quando ela não permite espaço e tempo para encontros entre os diferentes atores escolares. Uma característica comum a quase todos esses estudos é a apresentação de uma série de recomendações que, segundo os autores, poderiam minorar ou superar os problemas detectados. Essas recomendações variam desde sugestões concretas para melhorar o funcionamento da escola, como a de Yannes (1998), por exemplo, que consiste na estruturação do serviço de orientação educacional, incluindo temas a serem discutidos com os alunos, até aquelas mais gerais, como a de Oliveira (1995), que propõe ações que incentivem a expressão dos aspectos instituintes na sociedade e na escola em particular, valorizando a imaginação simbólica e a busca da autonomia por parte dos alunos.

Neste bloco temático, duas teses de doutorado se destacam, uma vez que exemplificam novas tendências das pesquisas escolares centradas no aluno: o acento nas relações sociais que ocorrem no cotidiano escolar como eixo da análise e o tratamento da categoria aluno de uma forma mais densa, incorporando características e demandas específicas de uma determinada idade da vida construída socialmente.

Uma delas, a de Rocha (1995), se propõe investigar o ensino fundamental a partir do cotidiano de uma escola estadual situada na periferia de São Paulo, quanto às práticas cognitivas, sociais e afetivas vivenciadas pelos alunos de 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries. Apesar de não realizar uma caracterização mais densa dos alunos, o trabalho avança quando lhes atribui um papel ativo nas práticas escolares cotidianas, superando a dimensão de informantes que predomina nos trabalhos abarcados por este bloco temático. Inspirando-se em Heller (1991), Rocha descortina o cotidiano escolar nas suas microrrelações, enfatizando as relações sociais e afetivas existentes entre os alunos e entre estes e os professores e membros do corpo técnico. A escola aparece como uma instituição viva, contraditória, que se constrói no dia-a-dia, onde os alunos atuam como sujeitos quando apropriam e reelaboram os conteúdos e as relações, dando-lhes significados específicos, muitas vezes distantes dos atribuídos pela formalidade da instituição. É significativo o peso colocado pela autora nos espaços e tempos vividos pelos alunos fora das atividades formais da sala de aula, como o recreio, por exemplo, valorizando-os em sua dimensão educativa. Desta forma, os jovens, mesmo diluídos sob a categoria homogeneizante de “alunos”, aparecem como sujeitos de experiências concretas, de sentimentos e aprendizagens próprias do cotidiano escolar. Rocha conclui apontando que a melhoria do ensino fundamental passa pela revisão do que acontece no interior da escola, o que demanda um conhecimento mais profundo dos variados e complexos componentes do cotidiano escolar.

A outra, de Oliveira (1995), considera os alunos como jovens adolescentes, com características e demandas próprias desta fase da vida, atribuindo a estes atores uma idade, um gênero, uma origem social. A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas públicas de 2<sup>o</sup> grau de Santa Maria (RS), envolvendo alunos na faixa etária de 15 a 19 anos, de camadas médias e populares, e teve por objetivo descobrir os significados do estudo e da escola de ensino médio para esses adolescentes. Toma como referencial teórico a obra de Castoriadis (1982) sobre o imaginário social, utilizando as suas categorias para a análise das entrevistas realizadas com os alunos. Desenvolve também uma discussão sobre a adolescência, baseando-se nos estudos de Erikson (1971 e 1976), de forma a caracterizar os sujeitos da pesquisa, evidenciando como a adolescência é uma produção histórica, com diferenças significativas em cada geração. A pesquisa é de natureza qualitativa, utilizando como instrumento a entrevista não-diretiva, entre outros. Não há uma observação do cotidiano escolar, sendo a análise centrada no discurso dos alunos. Na análise desenvolvida, Oliveira aborda as expectativas dos jovens em relação à escola e discute o mito do vestibular. Mas é quando trata da representação que os jovens fazem do cotidiano escolar que fica mais evidente a relação existente entre as representações e as idades da vida. Oliveira faz esta análise sob a ótica da participação dos jovens dentro e fora da escola, e constata que “os sonhos, as expectativas, os desejos dos adolescentes são desvalorizados como próprios da fase em que vivem, são tratados hierarquicamente como menos intensos e transitórios, como menos importantes”. Discute também a representação dos alunos sobre os professores e sobre o dispositivo disciplinar que a escola promove através das normas, do controle dos espaços, dos tempos e corpos.

## O Aluno e as Práticas Escolares

As dez dissertações reunidas neste subtema possuem como eixo a análise das práticas escolares cotidianas sob a ótica dos alunos, mas com abordagens que podem ser agrupadas em três blocos: o primeiro reúne trabalhos que investigam as relações sociais que ocorrem no interior da escola, discutindo as relações de poder existentes neste espaço; o segundo agrega as pesquisas que analisam as possíveis interferências das práticas escolares na construção dos indivíduos e seus valores; o terceiro, finalmente, discute questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem.

O primeiro bloco consta de cinco dissertações que investigam, analisando e discutindo, as relações de poder existentes e as formas como os alunos lidam (ou reagem) diante delas mediante comportamentos e discursos. No interior desta linha comum, cada dissertação enfatiza um determinado aspecto. O trabalho de Janice Souza (1996) discute os diferentes sentidos que a palavra disciplina assume no discurso dos alunos, refletindo sobre as relações de poder que permeiam o cotidiano escolar. Palumbo (1996) reflete também sobre as manifestações de poder, mas privilegia aquelas presentes na gestão escolar e as resistências de professores e alunos a estas práticas. Já o trabalho de Bahia (1992) busca verificar como a resistência se manifesta na escola, através dos comportamentos e atitudes estudantis, e as formas como a escola reage. O trabalho de Quejada Jelvez (1998) busca rastrear os mecanismos de poder presentes nas políticas administrativas e práticas pedagógicas e os discursos que acabam interferindo na construção da subjetividade dos alunos adolescentes. Finalmente, a dissertação de Dias (1996) pretende analisar os possíveis mecanismos de “violência pedagógica” presentes nas práticas didático-pedagógicas na sala de aula.

Nesses trabalhos, é possível constatar duas tendências de análise. Uma primeira discute as relações de poder no interior da escola, com ênfase no que elas “produzem” nos alunos. Neste caso, a disciplina aparece como um processo de inculcação ideológica, numa ação unilateral da estrutura escolar sobre os estudantes – vistos como agentes passivos –, reproduzindo noções ideológicas da ordem hegemônica. Tais análises se baseiam principalmente nas teorias de Foucault (1992 e 1995), Bourdieu (1974) e Bourdieu e Passeron (1989) – é o caso dos trabalhos de Dias (1996) e Souza (1996). Uma segunda tendência, presente nos trabalhos de Bahia (1992), Palumbo (1996) e Quejada Jelvez (1998), também considera as relações de poder existentes na escola, enfatizando, entretanto, as atitudes e comportamentos de resistência dos alunos. Neste caso, a disciplina é vista na sua dimensão de conflito entre a imposição de uma ordem e a oposição (ou transgressão) a ela, ressaltando a postura ativa dos sujeitos. O elemento intrigante consiste no fato de que uma também recorre às teorias de Foucault e as duas outras se apóiam na abordagem socioantropológica de Maffesoli e nas teorias de Willis e Anyon, categorizadas como “teorias da resistência”.<sup>5</sup>

As pesquisas com orientações metodológicas diferenciadas pretendem adotar a abordagem etnográfica em um estudo de caso de uma escola. O espaço privilegiado de observação é a sala de aula, nela descrevendo as posturas dos professores e as atitudes e comportamentos dos alunos. No geral, os textos fazem uma descrição da escola pesquisada, sua localização, a estrutura física, a organização interna e o corpo de funcionários para, em seguida, apresentarem a descrição do cotidiano da sala de aula e das relações aí existentes. Esse tipo de estratégia metodológica rapidamente se difundiu na década de 90, introduzindo um certo “modismo” nas pesquisas de cunho qualitativo em educação. Apressadamente, a área julgou estar utilizando o tradicional recurso da etnografia tão rigorosamente utilizado na Antropologia, mas, de certa forma, banalizado e empobrecido na investigação educacional. A crítica a essa adoção aligeirada dos procedimentos etnográficos e ao abandono de procedimentos quantitativos, somente agora, no final dos anos 90, tem sido empreendida por grupos de pesquisadores mais consolidados, o que poderá, certamente, abrir caminhos mais densos para a produção de conhecimentos na área (Brandão, 2000).

A investigação de Bahia (1992) foi desenvolvida em uma escola pública, na periferia de Belo Horizonte, com alunos da 6ª série e situados na faixa etária dos 12 aos 16 anos. A autora caracteriza

<sup>5</sup> É interessante assinalar a repercussão do livro *Aprendendo a ser trabalhador*, de Willis, no meio educacional, sempre citado como expressão da “teoria da resistência”, apesar de o autor não ter pretendido desenvolvê-la neste livro nem em suas obras posteriores.

os alunos como sujeitos de uma cultura própria, que se expressa na forma como percebem a relação com a família, com o sexo oposto, na visão que possuem do trabalho e do futuro profissional, na compreensão que elaboram da escola e dos professores. Revelam-se, também, em seus comportamentos e atitudes, traduzidos em seus modos de vestir, na relação com a música e nas formas de expressão de sentimentos, como o tédio ou a agressividade. Constata a presença de uma “contra-cultura escolar”, que se manifesta nas atitudes de rejeição e oposição à cultura hegemônica. A partir desta caracterização, é feita uma descrição minuciosa de algumas aulas e das relações que ocorrem na sala, enfatizando as atitudes de resistência dos alunos. A autora evidencia a distância existente entre a escola e suas propostas com a realidade dos alunos e suas necessidades, em uma crítica à organização escolar.

O trabalho de Quejada Jelvez (1998) utiliza o método da pesquisa-ação, realizando oficinas temáticas e entrevistas com um grupo de alunos na faixa etária de 14 a 18 anos, de escolas públicas de Porto Alegre, no Projeto de Educação da Anistia Internacional.<sup>6</sup> A partir de uma série de oficinas temáticas e de entrevistas individuais, o autor recupera o discurso dos alunos sobre o poder/saber presente nas práticas pedagógicas e os dispositivos da sexualidade, analisando as interferências das práticas escolares na configuração da subjetividade dos adolescentes estudantes. Para tanto, monta um painel com três entrevistados, onde desvela os mecanismos disciplinadores existentes no cotidiano escolar, descrevendo-os no corpo do texto, bem como algumas das oficinas realizadas com os jovens. O autor busca evidenciar o funcionamento das tecnologias de poder na escola, constatando que estas não destroem os indivíduos, mas, ao contrário, fabricam-no e o constituem. Pontua também as necessidades e demandas dos adolescentes e a forma como a escola lida com eles, mostrando como a instituição pouco contribui na formação integral dos educandos e, ao contrário, implementa um processo formativo para o acatamento de leis, comportamentos e valores que objetivam sujeitá-los a uma ordem dominante.

As conclusões a que chegam os estudos deste bloco temático são diferenciadas, coerentes com as duas tendências expostas anteriormente. Na primeira tendência, a escola aparece na sua dimensão de reprodução da ordem. O trabalho de Souza conclui que a escola é um espaço disciplinador, que tem por função preparar o aluno em função de moldes, valores, interesses e padrões vigentes na sociedade, vista como autoritária, individualista e excludente; nesta mesma direção, o trabalho de Dias (1996) conclui que a sala de aula é um espaço atravessado por mecanismos de violência pedagógica, informada pelos valores éticos e morais dominantes. Na segunda tendência, os estudos evidenciam que a escola é também um espaço de resistência por parte dos alunos. A reação dos alunos seria um indicador das necessidades de mudanças na estrutura escolar. Nesta direção, Quejada Jelvez (1998) conclui que as tecnologias, dispositivos e estratégias de poder exercido através das negações, interdições, manipulações, ditos e interditos sob os quais se configura a subjetividade dos adolescentes têm funções produtivas de parâmetros de verdade e conseguem controlar e induzir as suas ações e significações. Mas, segundo este autor, nessa subjetividade estão presentes resistências às formas de poder que resguardam espaços de liberdade no sujeito, sendo possíveis os questionamentos, as reflexões e as ações solidárias que possibilitam a superação daquelas situações limite e de sujeição.

Um segundo bloco de trabalhos deste subtema reúne três dissertações que discutem as possíveis interferências das práticas escolares na construção da subjetividade dos alunos, analisando as possibilidades e limites da escola neste processo de construção. Nesta linha comum, os objetivos se diferenciam: a pesquisa de Souza (1987) busca apreender os modos de pensar, sentir e agir dos jovens pesquisados; a de Cardenas (1995) se propõe conhecer e identificar os elementos presentes na dinâmica escolar que favorecem (ou não) a construção integral do aluno como pessoa; finalmente, a de Fraga (1998) trata da forma como se constitui um jeito bem comportado e obediente de ser jovem, que se efetiva nas práticas escolares a partir de um discurso que foi denominado de “bom-mocismo”. É interessante assinalar que os trabalhos reunidos neste bloco, com exceção de um, foram realizados a partir de 1995.

O trabalho de Souza (1987) se propõe desenvolver uma “análise psicossocial dos adolescentes numa perspectiva dialética”, tentando encontrar a síntese entre o “eu e classe, sujeito e objeto”.

<sup>6</sup> Projeto desenvolvido pela Anistia Internacional, com oficinas de cidadania, em escolas de Porto Alegre.

Trata-se de tarefa bastante complexa, pois, muitas vezes, esforços semelhantes redundam em mera justaposição de abordagens que, na verdade, permanecem desarticuladas no plano analítico global do trabalho. Para isto, faz uma breve revisão da literatura sobre as categorias de totalidade social e representação, baseadas em Kosik (1976), e de identidade, inspirada, entre outros, em Erikson (1976). O mérito do trabalho reside na qualidade da investigação realizada mediante uma estratégia de cunho etnográfico, elegendo como sujeitos alunas de uma escola pública e meninas de um internato feminino, sendo entrevistados também os professores, funcionários e pais. Na análise, Souza tenta desvelar os espaços vividos, o internato e a escola, evidenciando as contradições existentes nas práticas cotidianas e sua expressão na vida das adolescentes. Discute a questão da identidade a partir da visão que elas elaboram de si mesmas, dos outros e da contradição entre ser criança e/ou mocinha. Através de histórias, desenhos e versos realizados pelas internas, busca analisar os sentimentos cotidianos, a visão que elaboram de si e da família, da escola e do trabalho, ou seja, do mundo onde se encontram inseridas. Chama a atenção para o conflito das adolescentes diante de uma autodefinição como crianças ou mulheres, diante de uma instituição que insiste em infantilizá-las, o que é considerado pela autora como um dos mecanismos de controle. Outro conflito pontuado é a imagem socialmente criada de “carente”, tanto social quanto afetivamente, que se reflete nas relações com as colegas e professores. É interessante perceber que, sendo um trabalho de 1987, Souza já anuncia uma tendência que irá se disseminar nas pesquisas educacionais dos anos 90, que é a descrição etnográfica do cotidiano escolar, enfatizando a importância das relações sociais de seu interior na construção da identidade dos jovens. Ao mesmo tempo, busca estabelecer ligações entre a realidade escolar e o meio social mais amplo, considerando as alunas como seres concretos, que se formam a partir de múltiplas experiências.

A dissertação de Cardenas (1995) se propõe discutir as possíveis contribuições da escola para o “crescimento total dos indivíduos”. Para isto, faz uma breve revisão da literatura, discutindo o desenvolvimento da pessoa, a afetividade e seu papel na construção da relação entre o eu e o outro e, também, na relação com o conhecimento, inspirando-se em Vygotsky e Wallon, entre outros autores. Não desenvolve uma reflexão sobre a instituição escolar e seus processos, centrando a análise, basicamente, nos indivíduos. A metodologia empregada é a “pesquisa participante”, além de aplicar questionários e entrevistas. No seu texto, Cardenas faz uma caracterização genérica do perfil dos alunos, sem maiores associações com o restante da análise. A partir daí, descreve suas opiniões sobre os motivos que os levam a estudar, sobre o que gostam de fazer dentro e fora da escola, sempre no enfoque do prazer e do desprazer. A autora afirma que, entre as atividades escolares, as que geram maior prazer são as de cunho artístico, enquanto as que geram desprazer são ligadas aos conteúdos. Ressalta também a importância atribuída pelos alunos à relação com os professores, mas quando são vistos como pessoas, para além do seu papel na instituição. Em seguida, Cardenas discute as possibilidades que a escola proporciona para ampliar o autoconhecimento dos indivíduos, além de descrever a “escola de seus sonhos”. Conclui que a escola não provoca prazer nem alegria no processo de construção do conhecimento e não contribui para o crescimento dos alunos como pessoas. Evidencia, como outros estudos já o fizeram, o distanciamento da instituição escolar da realidade dos alunos e das suas necessidades, mas, em nenhum momento, vincula a avaliação que os alunos fazem da escola com as peculiaridades do momento de vida em que se encontram, aliadas a dimensões socioculturais mais amplas.

Por fim, o trabalho de Fraga (1998) analisa as formas como se constitui um jeito bem comportado e obediente de ser jovem, que se efetiva nas práticas escolares a partir de um discurso denominado de “bom-mocismo”. Para tanto, o autor realiza uma observação participante, com relação às aulas de Educação Física, em uma escola municipal de Porto Alegre. Primeiramente, Fraga analisa como os discursos de diferentes instituições, como a escola, a igreja e a família, vão constituindo um vocabulário variado sobre a adolescência, baseando-se em Outeiral (1994) e Fischer (1996), que trabalhou com o tema dos adolescentes em seu doutorado. Evidencia a configuração de uma identidade adolescente “demonizada”, contraponto de uma adolescência que emerge paradoxalmente equilibrada, responsável e obediente, e a forma como os jovens vão lidando com essa multiplicidade de discursos. Em seguida, descreve as aulas de Educação Física procurando apontar como o corpo se constitui

como lugar de convergência de um poder que instaura sistemas de controle que individualizam seus desempenhos, ao mesmo tempo em que “regula em favor da espécie humana”. Mostra, a partir de Foucault, a forma como os alunos e alunas vão tornando visíveis em si mesmos normas consideradas verdadeiras, que apontam para um modo de vida “correto”. Finalmente, enfatiza como as questões relativas à sexualidade se manifestam no cotidiano destes alunos e alunas e acabam sendo dimensionadas a um modo “correto” de se conduzir nas práticas escolares. O autor conclui o seu trabalho afirmando que a sujeição ao lado “bom” da vida conforma profundamente os corpos dos sujeitos capturados dentro do discurso do “bom-mocismo”.

Um último bloco de trabalhos apresenta duas dissertações que têm como eixo comum questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, a partir das concepções de alunos e professores. Nessa linha geral, cada um dos estudos analisa um aspecto específico: a dissertação de De Camillis (1988) analisa a conceituação de conteúdos que está na base do trabalho do professor e na percepção do aluno do curso de suplência; a de Cordeiro (1995) investiga a concepção da interação entre alunos e professores, por eles expressa, e seu papel no processo de ensino-aprendizagem. Na coleta de dados, os autores lançam mão da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, e apenas uma utiliza o recurso da observação da sala de aula.

No geral, as pesquisas constataam que professores e alunos possuem concepções e expectativas diferenciadas sobre as relações e os conteúdos ministrados na sala de aula. Estes atores pouco refletem sobre o que ocorre neste espaço, mas há uma tendência de os alunos se mostrarem mais explícitos e críticos diante desta realidade. Na discussão sobre as interações, Cordeiro (1995) mostra que os alunos acentuam a importância da postura do professor, que pode estimular ou não certas relações, ao incentivar a participação nas aulas, privilegiar os desafios e as conquistas e construir uma relação de companheirismo, e explicitam, também, a importância do bom humor dos professores como aspecto facilitador das interações em sala de aula, sem, contudo, descartar o seu papel de autoridade. Por outro lado, a autora evidencia que o discurso dos professores não corresponde às suas práticas pedagógicas, não se colocando como responsáveis pela qualidade das interações pedagógicas e mostrando-se reticentes na discussão do tema.

As pesquisas incluídas neste bloco contribuem na análise das relações e dos conteúdos transmitidos na sala de aula, mas pouco avançam na compreensão dos sujeitos que participam deste processo. Na discussão sobre os conteúdos, o aluno é visto sob o prisma da cognição, mas não são levadas em conta as outras dimensões que interferem no processo de ensino e aprendizagem, como a idade, o meio social e as experiências vividas fora da escola.

## **Programas e Propostas Educativas sob a Ótica dos Alunos**

As oito dissertações e duas teses reunidas neste subtema apresentam em comum o objetivo de avaliar a proposta político-pedagógica de uma escola ou de um projeto educacional a partir das representações e expectativas dos alunos. Neste bloco, as dissertações de Ferreira (1980), Avelar (1987), Henriques (1988), Feigel (1991) e Souza (1997) desenvolvem uma reflexão sobre a educação de jovens e adultos com base em um determinado programa, seja um Programa de Educação Juvenil ou um Centro de Estudos Supletivos. No seu conjunto, buscam avaliar o programa em questão, a sua definição institucional, os seus significados e a sua adequação às necessidades e expectativas dos alunos; partem dos discursos dos alunos, mas, em algumas delas, também são levadas em conta as opiniões dos professores sobre a proposta do programa.

Ainda na avaliação de projetos, a tese de Almeida (1992) busca compreender o significado do Projeto Noturno implantado em São Paulo, e a dissertação de Pereira (1981) discute a relação entre os objetivos do ensino de 2º grau e as expectativas dos alunos. Com objetivos mais amplos, a tese de Esau (1989) se propõe sistematizar elementos para uma teoria sobre a escola a partir da interpretação do discurso de alunos do ensino supletivo. Já as dissertações de Arruda (1992) e Manzano (1989) enfocam suas análises sobre a proposta político-pedagógica de uma escola específica, sempre partindo do discurso dos alunos.

Os trabalhos que analisam as propostas de educação de jovens e adultos apresentam uma descrição da história e da legislação existente sobre esta modalidade de ensino no Brasil e expõem detalhadamente os objetivos, estruturação e funcionamento do programa em questão; na sua maioria, não apresentam um referencial teórico explícito para analisar as experiências educativas. A metodologia utilizada consiste na aplicação de questionários fechados, complementados, em alguns, com entrevistas abertas e análise de relatórios. Na análise dos dados, grande parte dos autores se limita à sua descrição e comentários correspondentes, sem um arcabouço teórico que lhes dê sustentação. Um diferencial nestes estudos é apresentado pela dissertação de Ferreira (1980), que possui um capítulo onde faz uma revisão de literatura sobre as camadas populares, que constituem a demanda potencial para o ensino não-formal; ela também desenvolve uma descrição do cotidiano escolar, situando o aluno no contexto da escola. A tese de Esau (1989) também se diferencia ao construir textos com as falas dos alunos entrevistados, identificando neles as diferentes finalidades da escola.

Em geral, os trabalhos abordam o jovem ou adulto na sua condição de aluno, com questões relativas ao processo de ensino e aprendizagem. O perfil socioeconômico traçado é descritivo e não é utilizado, no momento da análise, para contextualizar a posição de quem fala. Assim, o aluno aparece circunscrito ao espaço escolar, com poucos elementos para compreendê-lo como sujeitos de experiências mais amplas e diversificadas, a partir das quais elaboram determinadas concepções sobre a vivência escolar. O que é pontuado em alguns dos trabalhos é a origem social dos alunos, grande parte oriunda das camadas populares, numa tendência a caracterizá-los como “carentes”. Neste sentido, a dissertação de Ferreira (1980) mais uma vez se diferencia. A autora faz um esforço para caracterizar o aluno nas suas múltiplas dimensões, abordando as características individuais, com um perfil clássico que se repete nos demais trabalhos, as características da família de origem, a escolaridade anterior, a experiência atual na escola, mas também acrescenta a esse perfil a experiência de trabalho, o universo cultural e os hábitos de lazer. O que ressalta desta abordagem é uma visão do aluno que apresenta a especificidade da sua cultura de origem como membro das camadas populares.

Na sua maioria, os trabalhos concluem pela constatação da distância existente entre os objetivos propostos e a realidade vivida pelos alunos, sem levar em conta a sua especificidade como alunos trabalhadores. No caso do ensino supletivo, é criticada a tendência de torná-lo um “arremedo” do ensino regular, com uma qualidade inferior. Apenas um estudo conclui que o programa atende as necessidades dos alunos, apesar de criticar a falta de preparo metodológico dos professores. Alguns deles enfatizam o fenômeno da evasão como o maior desafio a ser enfrentado. É interessante frisar que vários dos estudos apontam a valorização dos alunos às relações que estabelecem com os professores, vistas por eles como condição de aprendizagem. Nenhum trabalho, entretanto, se deteve na análise dessa evidência, que poderia nos dizer sobre a dimensão educativa das relações sociais no interior da escola. As conclusões apresentam um caráter propositivo, quase todas com recomendações para o aperfeiçoamento do programa em questão.

## **Outros**

Este subtema apresenta uma dissertação (Rondina, 1995) cujo enfoque não permite integrá-la nos itens anteriores. Esse trabalho pretende investigar o processo de migração de estudantes da escola particular para a escola pública, a partir das percepções de um grupo de alunos “migrantes”. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública de 2º grau de Cuiabá (MT), com 22 alunos na faixa etária de 14 a 17 anos, provenientes de escolas particulares. Inicialmente, a autora realiza uma revisão da literatura sobre a evolução histórica do ensino público e privado no Brasil, buscando detectar as causas socioeconômicas e educacionais do fenômeno da transferência de alunos entre as redes de ensino. Para analisar a percepção dos alunos sobre a experiência da migração, a autora busca construir um referencial teórico sobre a percepção humana, calcado em uma série de trabalhos acadêmicos desenvolvidos no terreno da antropologia do imaginário, sociologia compreensiva e psicologia. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa, tendo como instrumentos a observação participante e

a entrevista semi-estruturada. Depois de traçar um rápido perfil dos jovens estudados, a autora analisa as suas percepções sobre a transferência de escolas – ressaltando as motivações, a avaliação das escolas privada e pública e os sentimentos presentes neste processo – e, também, as percepções dos professores da escola pública sobre os alunos que ali chegam. Rondina conclui que as razões indutoras da mudança de escola são multifatoriais, citando o fator econômico como de peso relevante, mas também a reprovação, a não-integração na rede privada e até mesmo a expulsão. Para muitos alunos, a migração de escolas gera um sentimento de equilíbrio precário, revestindo-se de um tom dramático para alguns dos jovens estudados. O impacto da migração na escola pública se faz sentir através da indisciplina da clientela migrante, diferenças entre as seqüências curriculares e o contraste socioeconômico entre os alunos transferidos e os antigos. Nesse trabalho, o jovem aparece como o “informante” sobre o processo migratório vivido.

### **OS SUJEITOS NÃO REVELADOS: O ALUNO, UM JOVEM DESCONHECIDO**

A leitura do conjunto destas pesquisas reunidas no tema *Juventude e Escola* nos mostra que o jovem tem sido pouco tematizado pela pesquisa educacional que incide sobre a instituição escolar. Como foi evidenciando ao longo da descrição das pesquisas realizadas, a grande maioria delas tem como foco a reflexão sobre a instituição escolar, investigada a partir dos alunos. Desta forma, o jovem aparece, na sua condição de aluno, quase sempre restrito ao interior dos muros escolares, e, mesmo ali, a maioria das análises privilegia os aspectos estritamente pedagógicos, ainda que, no âmbito de uma concepção de natureza sociológica ou psicológica, sem levar em conta as múltiplas dimensões da experiência escolar dos jovens. Os estudos nos informam sobre opiniões de alunos em torno do funcionamento da escola, dos currículos, das relações existentes, mas pouco nos dizem sobre os sujeitos reais que a freqüentam cotidianamente. É importante frisar, contudo, que trabalhar com a categoria “aluno” para compreender os jovens na sua relação com a escola não é um problema em si; a questão incide sobre como e com qual densidade esta categoria é construída, de forma a desvelar os sujeitos, com uma compreensão mais global de suas experiências escolares, interesses e formas de sociabilidade.

Podemos constatar, nessas pesquisas, uma relação entre a compreensão dos alunos, os assuntos através dos quais estes aparecem e as concepções acerca da instituição escolar. Isto evidencia que esta produção teórica não se encontra isolada do seu tempo, sendo marcada pelas conjunturas teóricas e históricas, expressando a evolução do pensamento pedagógico nas duas últimas décadas no Brasil. A adoção de alguns referenciais teóricos de natureza sociológica ou psicológica é, quase sempre, colada aos fins de feitiço propositivo, com escassa ressonância do ponto de vista analítico.

A classificação dos subtemas é reveladora dos assuntos através dos quais os alunos aparecem nas pesquisas educacionais. Nota-se uma forte preocupação pedagógica, predominando assuntos ligados ao fazer da escola, como os currículos, o ensino e a aprendizagem, as relações entre professores e alunos e os sistemas de avaliação. Também estão presentes temas relacionados a uma avaliação dos resultados da escola, tais como o fracasso, o sucesso e a evasão escolar. É a partir de 1995 que começam a surgir novos assuntos, com trabalhos discutindo, por exemplo, a questão do corpo e de gênero.<sup>7</sup> À exceção destes últimos, grande parte dos assuntos tratados está presente tanto na década de 80 quanto na década de 90, ainda que seja de forma dispersa. Ocorre aqui a mesma tendência, já constatada por Warde (1993),

da baixa freqüência com que dissertações e teses são utilizadas para o tratamento das mesmas temáticas, enquanto outros títulos reiteram-se independentemente de já terem sido objeto central ou periférico de análises críticas; em segundo lugar, repetem-se os mesmos assuntos, freqüentemente,

<sup>7</sup> Vide, entre outros, os trabalhos de Oliveira (1995) e Fraga (1998).

não por esforço cumulativo ou de revisão teórica, mas por desconhecimento do que já se produziu a respeito e/ou pelo privilegiamento das situações imediatas experienciadas/observadas pelos próprios pós-graduandos.

Para a autora, estes seriam indicadores de uma descontinuidade e dispersão da produção acadêmica na área educacional. O tema do fracasso escolar já era apontado, em balanço da produção realizado por Zaia Brandão (1983), como uma linha de investigação que apresentava sérios sinais de esgotamento. No entanto, nas duas décadas, as pesquisas reiteram conclusões e pouco inovaram, mesmo que privilegiando sua investigação a partir dos alunos.

Mas é possível observar, ao longo destas décadas, mudanças significativas nos referenciais teóricos – gerando redefinições sobre a instituição escolar e sua função social – e, também, na compreensão dos atores envolvidos: os alunos e professores. As pesquisas utilizam basicamente o referencial das ciências humanas, predominando os recortes sociológicos e psicológicos e, com uma menor incidência, os referenciais baseados na Filosofia e demais áreas do conhecimento. Serão comentadas aqui, sobretudo, as pesquisas que utilizam as teorias sociológicas e/ou pedagógicas, já que as vinculadas à Psicologia foram apreciadas em outro momento deste trabalho.

Na década de 80, os referenciais utilizados expressam uma dicotomia entre os pólos da reprodução e da produção, entre inculcação e resistência, repetição e ruptura, manutenção e renovação. Em vários trabalhos, principalmente naqueles do início da década, predominam as análises macrosociológicas, incorporando as chamadas “teorias da reprodução social”. Esses trabalhos contribuem, de alguma forma, para o desvelamento da escola na sociedade brasileira, principalmente na sua dimensão reprodutora das desigualdades sociais. Nessas análises, a instituição escolar é entendida como resultado dos efeitos produzidos pelas relações sociais capitalistas, que definem a sua estrutura, com os seus mecanismos ideológicos e culturais, por meio dos quais impõe os valores dominantes, tornando-a uma das instituições basilares do mundo moderno, responsável pelo disciplinamento de mentes e corpos e pela perpetuação da desigualdade. Mas essas análises resvalam para uma compreensão mecanicista dos processos sociais, não estabelecendo as devidas mediações entre a educação e a sociedade. Além disso, tendem a enfatizar uma postura passiva ou impotente dos sujeitos, desconsiderando a importância da ação humana e dos conflitos na constituição da vida social. Em muitas dessas investigações, é comum encontrar a adesão a um determinado “modelo teórico” que pouco contribui para a construção do objeto de estudo pretendido. Nestes casos, as pesquisas empíricas vêm precedidas de capítulos teóricos que pouco iluminam a análise realizada, tratando-se, assim, de um campo bastante limitado para o desenvolvimento de estudos sobre juventude, mesmo que o universo do aluno apareça como momento privilegiado na investigação.

Em trabalhos posteriores, observa-se uma tentativa de superação das afirmações unilaterais sobre os aspectos reprodutivos da escola, lançando mão, principalmente, de teorias pedagógicas ou de aproximações de natureza filosófica. Um número significativo de pesquisas realizadas a partir de meados da década de 80 e, principalmente, nos anos 90 discute a educação escolar na sua dimensão contraditória, desenvolvendo suas análises com base nas obras de Cury (1987), Mello (1986) e, principalmente, Saviani (1986 e 1991) e seus ensaios sobre a “pedagogia histórico-crítica”. Mas estas pesquisas apresentam, em geral, pouca densidade teórica, utilizando-se de uma miscelânea de autores, sem articular a diversidade de perspectivas que traz cada autor. Observa-se a construção de uma compreensão restrita da escola, centrada nos currículos e na metodologia. As análises recaem na crítica aos conteúdos e métodos utilizados, propondo mudanças que possibilitem ao aluno o acesso a um saber crítico, através do qual se torne consciente e um possível agente de transformação. O ideário pedagógico penetra na pesquisa pela vertente propositiva ou como pressuposto do pesquisador. De fato, não há construção de categorias analíticas – quer inspiradas na Sociologia, quer na Psicologia – capazes de estabelecer um exercício de compreensão do material empírico. A tese ou dissertação consiste numa descrição, por exemplo, de uma experiência pedagógica realizada ou de um determinado programa educativo, analisada a partir de conceitos extraídos dos mais diferentes corpos teóricos, que pouco

contribuem para desvelar o objeto pretendido. Geralmente estas pesquisas enunciam opiniões dos sujeitos investigados e apresentam conclusões com caráter propositivo, incluindo recomendações que revelam uma preocupação com a aplicação prática dos seus resultados.

No início dos anos 90 surgem trabalhos influenciados pela chamada “Nova Sociologia da Educação”. Esta corrente teórica trouxe avanços significativos para a pesquisa educacional, ao propor a volta para o interior da escola e da sala de aula, colocando em questão as práticas escolares cotidianas, sem retirá-las de sua ancoragem social mais ampla. Teóricos como Apple (1982), Giroux (1986) e Forquin (1993) lançam as bases de uma sociologia do currículo e da cultura, detendo-se no processo central da organização, da seleção e da transmissão dos conhecimentos e saberes na e pela escola. Como sintetizam Dandurand e Ollivier (1991, p. 135), há

um deslocamento do estruturalismo em direção a uma abordagem mais compreensiva, hermenêutica, que refocaliza a atenção sobre o agente-sujeito: passagem do estudo das grandes determinações estruturais a um interesse renovado pelas identidades culturais, ou, mais amplamente, passagem da estrutura à cultura.

Nas pesquisas analisadas, este referencial aparece inicialmente nas investigações que tratam das relações de poder na escola, articulando o que identificam como “teorias da resistência”. Colocam-se como uma reação à suposta linearidade das análises crítico-reprodutivistas, evidenciando que a dominação apontada não é assim tão total. De inspiração humanista, fenomenológica, marxista e interacionista, estas análises incorporam a defesa da atividade humana em face das estruturas e a defesa da cultura, da reação e da resistência dos diversos atores implicados nos processos educacionais. Estas teorias avançam, ao evidenciarem que as práticas de dominação são um caminho de mão dupla, e que, diante da dominação, existe uma reação no mesmo nível ideológico e cultural. Mas, na tentativa de fugir a uma interpretação unidirecional da dinâmica social e mecanicista, tendem a cair em outra – voluntarista. A resistência destacada é aquela que se dá no cotidiano, da qual são exemplos as transgressões, “a cultura contra-escolar”, a antidisciplina, onde tudo parece depender da vontade individual e da cultura dos indivíduos em confronto. É um exemplo claro do outro pólo da dicotomia anunciada anteriormente. Como lembra Arroyo (1990, p. 32), “o pensamento unilateral, que separa sujeito e objeto, homem e circunstâncias, indivíduo e sociedade, vê-se sempre fechado em uma dicotomia da qual somente podem sair soluções unilaterais”.

Ao longo da década de 90, muitos dos trabalhos realizados continuaram reproduzindo essas mesmas dicotomias. Mas a direção aberta pela nova Sociologia da Educação ampliou a sensibilidade dos pesquisadores para novas abordagens da instituição escolar, possibilitando a reflexão sobre suas múltiplas dimensões educativas. Vários trabalhos, nos diversos subtemas, constroem uma compreensão da escola como uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais (ou coletivas) de transgressões e acordos. Passam, assim, a ressaltar as práticas cotidianas na sua dimensão educativa, principalmente a relação entre os alunos em outros espaços que não a sala de aula ou mesmo a questão da participação discente. Mudam enfoques de velhos temas, como o da evasão escolar, que, mesmo eivado de imprecisões, avança, ao ser compreendido sob o prisma da exclusão escolar, fruto de múltiplas determinações. No entanto, como se trata de análises em universos empíricos restritos, as mediações com os fenômenos estruturais mais amplos podem, ficar muitas vezes, obscurecidas.

Nos trabalhos mais recentes, surgem novos objetos de análise, principalmente a partir de 1995, quando passam a ser tratados temas ligados à subjetividade, como a questão da identidade e do corpo e as questões de gênero. Parecem apontar o interesse dos pesquisadores em refletir sobre o aluno através de outros olhares e dimensões, o que abre novas perspectivas para a pesquisa educacional. Pela própria abordagem desenvolvida, nota-se uma tendência em diminuir a ênfase nas conclusões de teor propositivo, em favor daquelas com caráter analítico. Outros aspectos presentes são a revalorização da microssociologia e as tentativas de superar o desafio que é a integração das abordagens micro e

macrossociológicas, além da busca de uma síntese entre o objetivismo e o subjetivismo, a estrutura e a ação. Houve e há várias tentativas de superação desta dicotomia, recorrente no conjunto das ciências sociais, mas ela permanece, até então, atual e não-resolvida. Em muitas pesquisas, mesmo nas mais recentes, observa-se a inexistência das devidas mediações entre os níveis micro e o macro, com passagens mecânicas e artificiais, empobrecendo os estudos realizados. Está posto para a pesquisa educacional o desafio de refinar um referencial analítico que lhe permita avançar nesta direção (Brandão, 2000).

Essas redefinições que ocorreram no campo teórico também se refletiram no tratamento metodológico das pesquisas. As investigações realizadas nas duas décadas caracterizam-se, em grande parte, como estudos de caso centrados na análise de uma escola ou de um programa. Mas a natureza desses estudos sofreu mudanças significativas: se no início dos anos 80, por exemplo, predominaram as pesquisas de tipo quantitativo-descritivo, nos anos 90 passaram a dominar as pesquisas de natureza qualitativa, utilizando os mais diferentes instrumentos e com ênfase nos estudos do tipo etnográfico. A utilização da etnografia, de inspiração antropológica, pela pesquisa educacional possibilitou um avanço significativo, ao superar a tendência, até então existente, de análises macroestruturais, em que a instituição escolar aparecia numa dimensão monolítica, sem sofrer interferências das ações dos seus atores. Ao ressaltar as práticas escolares cotidianas como objeto de análise, a etnografia contribuiu na percepção da escola como um espaço de conflitos, dinâmico e polissêmico. O problema de algumas destas pesquisas, comum à área educacional como um todo, é a falta de maior rigor científico nos procedimentos metodológicos utilizados, resvalando quase sempre para um arremedo dos métodos qualitativos, entre eles o etnográfico, predominando interpretações eivadas de juízos de valor e sem uma sustentação empírica que dê validade aos resultados apontados. Por outro lado, há um abandono precipitado de aproximações quantitativas, importantes para estabelecer nexos com processos sociais mais amplos, que alimentariam, inclusive, novas hipóteses para a abordagem qualitativa.

No contexto dessas considerações sobre o conjunto dos trabalhos reunidos no tema *Juventude e Escola*, passa-se a interrogar pelas noções de juventude que essas pesquisas vêm construindo. Parte-se da constatação, várias vezes reiterada ao longo deste trabalho, de que, no seu conjunto, essas investigações constroem uma compreensão do jovem através de uma das suas facetas fundamentais, que é a sua condição de aluno. Resta saber, como já foi dito, pela densidade da categoria “aluno”, como ela veio sendo elaborada nestes trabalhos, de forma a desvelar os sujeitos que experimentam esta condição. Com este olhar, podemos detectar duas grandes tendências presentes nas pesquisas englobadas neste tema analisado. Trata-se de um recurso de análise, sabendo que não existe uma pesquisa que expresse todas as características de uma ou outra das tendências anunciadas, existindo, entre os dois modelos, diferentes posições e matizes. Como em qualquer generalização, corre-se o risco de cair em análises dicotômicas, que, mais do que explicar, atribuem juízos de valor do tipo bom x mal, correto x incorreto, etc. – e não é este o propósito do presente trabalho. É de acreditar que a compreensão do jovem/aluno presente nesses estudos é expressão do próprio contexto teórico do momento em que foram produzidos. Trata-se, sobretudo, de evidenciar, por essa tipologia, algumas orientações bastante freqüentes.

Uma primeira tendência presente na maioria dos trabalhos considera o “aluno” como uma categoria homogênea, abstrata, sendo apreendido, sobretudo, pela dimensão cognitiva. Esta concepção está presente nas pesquisas que consideram a escola, implícita ou explicitamente, uma instituição única, monolítica e universal, que desempenha uma função social determinada pelas principais estruturas de relações sociais que caracterizam a sociedade capitalista. Essa visão está presente em vários trabalhos de cunho estruturalista, principalmente naqueles realizados na década de 80; neles, ser aluno aparece como um dado natural e não como uma construção social e histórica. Assim, independentemente do sexo, da idade, da origem social ou das experiências sociais vividas, é a sua condição de aluno que irá informar a compreensão que o pesquisador constrói desses atores; o momento da fase de vida e sua peculiaridade, a origem social – não como abstração, mas como determinadora de um certo tipo de experiência –, o gênero e a etnia não são levados em conta, constituindo a vida do aluno na escola um tempo vazio de sentido, um não-tempo (Arroyo, 1999). O foco se desvia dos jovens reais para a escola, e o aluno é apenas

um pré-texto, um informante que fornece elementos para a reflexão de dimensões da instituição escolar, sejam a avaliação da escola e seus projetos, sejam as práticas pedagógicas que ali ocorrem. Apesar de vários trabalhos se preocuparem em traçar um perfil socioeconômico dos estudantes, em muitos deles isto sequer é utilizado na análise. Assim, por exemplo, nos deparamos com dissertações e teses que pretendem analisar as representações – grande parte delas reduzidas a opiniões – dos alunos sobre a escola e não sabemos da idade, sexo ou condição social daquele que emite o discurso, como se estas variáveis não interferissem na compreensão que ele elabora da experiência escolar.

As análises da vida escolar dos alunos se limitam às dimensões estritamente pedagógicas – como o currículo, o ensino, a aprendizagem e os seus resultados – e consideram as experiências educativas sob a ótica limitada da instrução, não levando em conta os atores dessas práticas nem a multiplicidade de processos formativos que são vividos nos diversos espaços e tempos escolares, desconhecendo as dimensões mais amplas de formação (ou deformação) humana que ocorrem na escola. É sintomático o fato de que esses trabalhos não coloquem em questão a estrutura escolar, seus tempos e espaços. Essas pesquisas se encontram presas a uma compreensão naturalizada da organização escolar, na qual os seus ritmos, seus tempos e seus espaços se reduzem a um cenário que no máximo é descrito, mas não tem sido objeto de análises, como se eles não interferissem nas práticas pedagógicas e nas vivências escolares dos alunos. Imersas na tentativa de uma definição legítima da educação, da escola, do ensino e dos currículos, estas investigações se enredam em uma tradição escolar que dificulta perceber o sistema educacional e a escola e todos os elementos que a caracterizam como uma construção social, fruto de uma gênese histórica, de uma lógica construída a partir de escolhas socialmente determinadas, que terminam configurando um determinado projeto político pedagógico (Dayrell, 1996). Embora tentasse trazer a contribuição de grandes clássicos das ciências sociais, a produção discente foi, em grande parte, muito pouco sociológica.

Coerente com estas posições, as recomendações presentes em quase todos os trabalhos apontam para propostas de mudanças curriculares, numa crença ingênua de que a transformação da escola se daria mediante a renovação dos conteúdos e não tanto pela alteração de suas estruturas. Em síntese, nesses trabalhos, os jovens reais, subsumidos no papel de alunos, não se constituem objetos de investigação por parte dos pesquisadores. Evidencia-se aí um paradoxo: a razão de ser da escola é o aluno, e é exatamente este ator o menos conhecido. Muitas dessas pesquisas trouxeram contribuições significativas para a compreensão da instituição escolar e sua relação com a sociedade, mas pouco contribuíram para desvelar o jovem real que a frequenta.

A segunda tendência presente nos trabalhos analisados considera o aluno como um sujeito de ações no interior da estrutura escolar. Nestes estudos, a categoria “aluno”, com diferentes níveis de elaboração, aparece de uma forma mais densa, considerada como constituída por indivíduos que nascem em condições sociais determinadas e que constroem uma experiência que modela visões de mundo, sentimentos, emoções, desejos, projetos e formas de sociabilidade próprias do cotidiano escolar. As pesquisas que adotam esta concepção de aluno são informadas por uma compreensão mais dinâmica da estrutura escolar, entendida como uma construção social, fruto de uma ação recíproca entre os sujeitos e a instituição. Desta forma, a realidade escolar aparece mediada, no cotidiano, pela apropriação, elaboração, reelaboração ou repulsa expressa pelos atores sociais que ali atuam. Estas noções estão presentes em um pequeno número de pesquisas que analisam as práticas escolares, realizadas na década de 90, mas, principalmente, a partir de 1995.

Nesses trabalhos, o jovem, mesmo sendo analisado na sua condição de aluno, é visto como sujeito ativo no cotidiano escolar, capaz de apropriar-se dos conteúdos e de reelaborar esses conteúdos e as experiências vividas neste espaço, revelando a diversidade existente no corpo discente, que se manifesta na multiplicidade de sentidos atribuídos às práticas escolares, nos diferentes comportamentos, nas atitudes que assumem diante das normas e nas formas próprias de sociabilidade que criam longe dos olhares da instituição. Evidencia-se a construção do papel desses jovens – como alunos, fruto de relações sociais – em um diálogo com as imagens e estereótipos socialmente criados, que terminam por cristalizar modelos de comportamento com os quais passam a se identificar. Alguns desses estudos avançam ao

apontar a existência de uma cultura juvenil, expressa nas visões de mundo, nas escolhas realizadas, no jeito de se vestir e de falar, nos comportamentos na sala de aula, mesmo que estas expressões sejam analisadas sob a ótica da “resistência”. É ressaltada também a múltipla dimensão educativa da escola para além da transmissão de conteúdos, caracterizando-se tanto o “currículo oculto” existente nas relações pedagógicas quanto a importância das interações sociais que ocorrem entre os alunos e entre estes e os professores e funcionários, nos mais diversos espaços e tempos escolares.

As conclusões, de uma forma geral, também apontam para uma inadequação da escola à realidade dos alunos, mas de uma forma qualitativamente diferente da primeira tendência analisada. O que passa a ser questionado é a capacidade educativa da escola, que incide no tema do enfraquecimento da sua eficácia socializadora (Dubet, Martuccelli, 1997).

É evidente o avanço representado por esta última tendência na construção de uma compreensão mais ampla do jovem na sua relação com a escola. Essas pesquisas, porém, não conseguem superar os limites do “escolacentrismo” presente na grande maioria delas, ou seja, elas concebem a educação reduzida à instituição escolar, como se esta fosse a agência exclusiva de socialização, sem estabelecer relações com outros agenciamentos socializadores que tecem a experiência de adolescentes e jovens fora da escola. Com este olhar, os estudos não problematizam a importância da família, do espaço urbano, das práticas culturais, do cotidiano difuso e muitas vezes opressor do trabalho, do bairro, do lazer. Em um momento histórico de profundas transformações sociais, a cultura e as informações vão assumindo modalidades importantes de presença no conjunto dos processos econômicos e políticos e na reprodução das classes e grupos sociais.<sup>8</sup> A socialização dos jovens vem ocorrendo cada vez mais em espaços e tempos variados, com uma multiplicação das referências culturais, constituindo um conjunto heterogêneo de redes de significados que são articulados e adquirem sentido na ação cotidiana dos jovens. Para uma compreensão da realidade juvenil, das práticas e da relação que os jovens estabelecem com a escola, é fundamental que os pesquisadores ao menos reconheçam a presença dessas outras dimensões na construção da condição de aluno ou estudante.

Finalizando, pode-se constatar, a partir da leitura desses 50 trabalhos presentes no tema *Juventude e Escola*, o enorme esforço dos pesquisadores na busca de compreender a instituição escolar no contexto de uma sociedade desigual como a brasileira. Nestas últimas décadas, muito se avançou no conhecimento dos mecanismos que ainda persistem em reproduzir uma escola excludente, que pouco contribui para a formação integral dos alunos. Mas ainda é preciso avançar na compreensão da juventude e das suas relações com a escola, o que implica o desenvolvimento de investigações que centrem suas atenções nos jovens reais, estudos que reflitam, por exemplo, sobre os tempos vividos pelos educandos na especificidade da sua idade, de sua condição humana, de gênero, de sua cultura e sociabilidades, situando esses processos nas determinações estruturais que produzem várias formas de ser jovem na sociedade. Por essas razões, há evidentes lacunas quanto ao estudo dos jovens estudantes da zona rural e de camadas médias ou de elites. Trata-se, assim, de construir um amplo leque de investigações que apreenda de modo denso as formas diversas que constroem a experiência juvenil contemporânea, no Brasil, em suas relações com a escola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Teses

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. *O Projeto Noturno: incursões no vivido por educadores e alunos de escolas públicas paulistas que tentaram um jeito novo de caminhar*. São Paulo, 1992. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>8</sup> Diversas análises, com abordagens diferenciadas, são unânimes na constatação da centralidade da cultura e das dimensões simbólicas nas relações sociais contemporâneas. Ver, por exemplo, Melucci (1996), Giddens (1991) e Canclini (1995), entre outros.

ESAU, Marília Alves Pedrosa. *Apesar das amarras, ha vida na escola*: uma leitura da escola formal feita a partir das falas dos alunos do ensino supletivo – modalidade suplência de segundo grau. São Paulo, 1989. v. 1 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. *Imaginário social e escola de segundo grau*: um estudo com adolescentes. Porto Alegre, 1995. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ROCHA, Maria de Lourdes. *O ensino fundamental na escola publica paulista*: um estudo da questão sob a ótica de alunos de sétima e oitava séries do primeiro grau. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, Maria Olinda Silva de. *Imagens da escola*: significado de representações sociais de alunos de escolas publicas. Campinas, 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

### **Dissertações**

AMARAL, Ivone Leda Tapado do. *Ensino supletivo*: um estudo da clientela presente aos exames supletivos de 2º Grau. Porto Alegre, 1987. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ARGIMON, Irani Iracema de Lima. *Evasão escolar sob a ótica psicológica*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ARRUDA, Judite Sebastiany. *Uma proposta pedagógica progressivista no ensino noturno*: dificuldades e contradições na sua implantação. Porto Alegre, 1992. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ATTAB, Jesus Jose. *O mundo da escola rural nas representações de seus egressos*: um estudo de caso em Potirendaba, SP. São Paulo, 1990. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

AVELAR, Ayde Marcia Castilho. *Ensino supletivo*: realidade e representação. São Carlos, 1987. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.

BAHIA, Isabel Cristina Ribeiro. *A resistência em uma escola de periferia urbana*. Rio de Janeiro, 1992. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BARUFFI, Helder. *Necessidades dos alunos das escolas do meio rural e periferia urbana da região do meio-oeste catarinense a serem atendidos pelo orientador educacional*. Rio de Janeiro, 1984. 67 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BASSO, Rita. *Representações sociais dos alunos de segundo grau*. Campinas, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

BIANCHI, Josefa Martins. *Na volta quase todos se perdem ou de como a escola publica não vem alfabetizando os que dela retornam*. João Pessoa, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.

- BRAGA, Selma Ambrozina de Moura. *O fracasso escolar nas vozes de um grupo de alunos de quinta e oitava séries, integrantes de um clube de Ciências e Cultura*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo. *Evasão escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais*. Campinas, 1985. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- CARDENAS, Carmen Jansen de. *O prazer de crescer*. Brasília, 1995. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.
- CASCAES, Ana Maria Ribeiro. *Caracterização sócio-econômica-educacional do repetente escolar na 1ª série do 2º grau no Instituto Estadual de Educação*. Rio de Janeiro, 1981. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- CORDEIRO, Suely Amelia Bayum. *Interação professor-aluno: concepção de professores e alunos de sétima série*. São Paulo, 1995. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DE CAMILLIS, Maria de Lourdes Stamato. *O conteúdo do ensino supletivo: uma investigação a partir da perspectiva de alunos e professores de suplência II no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1988. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DIAS, Paulo Roberto Oliveira. *A escola fundamental: por outros veres e novos olhares*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FAGALI, Eloisa Quadros. *Necessidades expressas por estudantes do primeiro grau com sucesso e insucesso escolar e opinião do corpo orientador da escola sobre as aspirações dos alunos: estudo realizado numa escola municipal situada na periferia de São Paulo*. São Paulo, 1981. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FEIGEL, Zilda. *Uma avaliação dos Centros de Estudos Supletivos*. Rio de Janeiro, 1991. 77 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERREIRA, Maria Luiza de Almeida Cunha. *Alunos de suplência de primeiro grau em periferia urbana: estudo exploratório*. Belo Horizonte, 1980. 388 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- FRAGA, Alex Branco. *Do corpo que se distingue: a constituição do bom-moço e da boa-moça nas praticas escolares*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- HENRIQUES, Marilda de Jesus. *Programa de educação juvenil: uma nova proposta de alfabetização de adolescentes*. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HILDEBRANDO, Maria Helena Bastos. *Os deserdados da educação brasileira: uma análise das expectativas da clientela aos exames supletivos*. Porto Alegre, 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- JAPECANGA, Alaide Pereira. *Participação discente: contribuição para a organização do trabalho na escola pública*. Marília, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- LORTHIOS, Marie-Celine G. R. Florio. *A escola reconsiderada a partir do discurso dos alunos*. São Paulo, 1990. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MANZANO, José Carlos Mendes. *A produção do saber e o saber da produção: a experiência de ensino na escola de primeiro e segundo graus "Volkswagen"*. São Paulo, 1989. 269 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- MARQUES, Dirce da Glória Cusato. *Causas de sucesso e fracasso escolar percebidas por alunos de segundo grau: uma análise atribucional*. São Paulo, 1987. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MAURICIO, Vera Regina Braga. *A escola em zona rural do Rio Grande do Sul: representações de professores, pais e alunos de Monte Bonito, Pelotas*. Porto Alegre, 1989. 291 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- OLIVEIRA, Thais Baptista Carvalho de. *Educação, escola e participação*. Rio de Janeiro, 1993. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- PALUMBO, Eliana Sala. *A expressão do poder na organização da escola e a potência subterrânea de resistências dos atores de seu cenário*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- PAULA, Amelia Medeiros de. *O aluno de quinta e oitava séries oriundos de camadas populares e suas representações da escola*. Rio de Janeiro, 1995. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Wally Fonseca Chan. *Relações entre os objetivos do ensino de segundo grau e as expectativas de sua clientela em escolas do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1981. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- QUEJADA JELVEZ, Julio Alejandro. *Educação, subjetividade e cidadania com adolescentes estudantes*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- RAGONESI, Marisa Eugenia Melillo Meira. *A educação de adultos: instrumento de exclusão ou democratização? Um estudo sobre a evasão em cursos de educação básica de adultos*. São Paulo, 1990. 310 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- REZENDE, Morgana Silva. *O que e que eu estou fazendo aqui? A visão do aluno renitente sobre o fracasso escolar*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Estevão Roberto. *Caracterização da problemática evasão escolar no segundo grau do Instituto Estadual de Educação de Santa Catarina – 1987*. Florianópolis, 1990. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

- RONDINA, Regina de Cassia. *O deslocamento de estudantes de escolas particulares para a rede pública de ensino: um estudo de caso*. Cuiabá, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso.
- ROSAS, Judy Mauria Gueiros. *Participação popular: a exclusão social na política de educação de jovens e adultos*. Recife, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco.
- SANTOS, Ideneia Silveira dos. *Curso supletivo de primeiro grau: um estudo de caso sobre a evasão escolar no município de Porto Alegre*. Rio de Janeiro, 1982. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.
- SCOTTO, Arlete. *Cidadania e escola: ponto de vista de alunos de cursos de Magistério*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SOARES, Sinclair Correa. *Evasão escolar: uma pesquisa com evadidos*. Piracicaba, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. *Programa de educação juvenil: história e contradições*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Janice Rosane Silva. *A disciplina pelo olhar de adolescentes do primeiro grau do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SOUZA, Targelia F. Bezerra de. *Jovens-adolescentes de camadas populares: a expressão do social no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro, 1987. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- YANES, Marcela Ximena de Andrade. *Adolescentes: uma proposta de orientação na escola de segundo grau*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- ZAMBON, Nagila Jabour. *Ensino de segundo grau: os não evadidos – suas expectativas e aspirações*. Vitória, 1986. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

### **Livros e Artigos**

- ANYON, Jean. Social class and school knowledge. *Curriculum Inquiry*, Toronto, v. 1, 1988.
- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARROYO, Miguel. Apresentação. In: FARIA, Luciano Mendes; VEIGA, Cintia. *Infância no sótão*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- \_\_\_\_\_. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. *Em Aberto*, Brasília, v. 11, n. 53, p. 46-53, jan./mar. 1992.
- \_\_\_\_\_. O princípio educativo: o trabalho ou a resistência ao trabalho. *Teoria e Educação*. Dossiê: Teorias da reprodução e da resistência. Porto Alegre, n. 1, p. 3-44, 1990.

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd. *Avaliação e perspectivas na área de educação, 1982-1991*. [S. l.], 1993.
- BAKTHIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. *La escuela capitalista*. México: Siglo 21, 1981.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P.; POSSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema do ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRANDÃO, Zaia. *A escola em questão: evasão e repetência no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Para além das ortodoxias: a dialética micro/macro na Sociologia da Educação*. [S. l.], 2000. Texto apresentado na XXIII Reunião Anual da ANPEd, set. 2000.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *Novas perspectivas críticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CURY, C. R. J. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- DANDURAND, Pierre; OLLIVIER, Emile. Os paradigmas perdidos: ensaio sobre a Sociologia da Educação e seu objeto. *Teoria e Educação*. Dossiê: Sociologia da Educação, Porto Alegre, n. 3, p. 120-142, 1991.
- DAYRELL, Juarez. *Múltiplos olhares sobre a educação e a cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. *En la escuela: sociologie de la experiencia escolar*. Buenos Aires: Losada, 1997.
- ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- FERRARI, Alceu. Diagnóstico da escolarização no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 12, set./dez. 1999.
- FISCHER, Rosa Maria B. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Porto Alegre, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FORQUIN, J. C. *Escola e cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Un diálogo sobre el poder*. Madrid: Alianza, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- GIROUX, H. *Teoria crítica e resistência em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GORDON, Liz Paul Willis. Educação, produção cultural e reprodução social. *Teoria e Educação*. Dossiê: Teorias da reprodução e da resistência, Porto Alegre, n. 1, p. 134-147, 1990.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ed. Península, 1991.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte: LDA, 1978.
- MAFFESOLI, M. *O conhecimento do cotidiano: para uma sociologia da compreensão*. Lisboa: Vega, [1987].
- MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- MELUCCI, Alberto. *Il gioco dell'io: il cambiamento di sé in una società globale*. Milano: Feltrinelli, 1996.
- \_\_\_\_\_. *L'invenzione del presente: movimenti sociali nelle società complesse*. Bologna: Il Mulino, 1991.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Psicologia social*. Barcelona: Paidós, 1985. 2 v.
- OLIVEIRA, M. *Vygotsky*. São Paulo: Scipione, 1995.
- OUTEIRAL, José. *Adolescer: estudos sobre adolescentes*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 40).
- SNYDERS, G. *Escola, classe e luta de classes*. Lisboa: Moraes, 1977.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5, p. 37-52, 1997.

VAN HAECHT, Anne. *A escola à prova da Sociologia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Icone: Edusp, 1988.

WARDE, Mirian Jorge. A produção discente dos programas de pós-graduação em educação no Brasil (1982-1991): avaliação e perspectivas. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd. *Avaliação e perspectivas na área de educação, 1982-1991*. [S. l.], 1993.

WEREBE, Maria José Garcia; NADEL-BRULFERT, Jacqueline (Org.). *Henri Wallon: psicologia*. Tradução de Elvira Souza Lima. São Paulo: Ática, 1986.

WILLIS, Paul. *Learning to labour*. London: Gower, 1977.

